

Outras fontes de energia podem evitar apagão

Especialistas defendem modernização e citam sistemas eólico e solar como opção para Nordeste

Mônica Tavares e Martha Beck

• BRASÍLIA. O apagão que deixou sem energia oito estados do Nordeste na última sexta-feira gerou uma controvérsia: este é o momento de se fazer a reestruturação do abastecimento na região? O presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, defende que as fontes alternativas atrem complementando o abastecimento. Para ele, a energia hidráulica, 85% da matriz elétrica, é a mais importante e tem o maior potencial no país, porém outros sistemas, como os painéis fotovoltaicos (solar) podem ser usados em algumas situações:

— A energia eólica, com novo leilão este ano, também ganha força, pois está havendo redução de custos com os ganhos de escala e de produtividade.

O consultor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) Adriano Pires defende uma reestruturação urgente do abas-

tecimento de energia não apenas no Nordeste, mas em todo o país. Ele afirma que a ocorrência de dois apagões no Brasil — no Sudeste e no Nordeste — em menos de dois anos é um sinal de que é preciso modernizar a forma de transmissão, além de diversificar a matriz energética.

— É preciso combinar um sistema em que a geração até venha de hidrelétricas, mas que seja combinada com outros tipos de energia, como térmica, nuclear ou eólica. Ou a gente moderniza ou, ano que vem, teremos apagões no Nordeste e no Sudeste.

O professor da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico do Instituto de Economia (Gesel) da Coppe, Nival de Castro, acredita que este não é o momento de ação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O Operador Nacional do Sistema (ONS) já fez o relatório do blecaute no Nordeste e a Chesf vai apresentá-lo em reunião hoje no Rio. ■

Gesel/UFRJ vai abrir escritório em El Salvador



Grupo vai desenvolver pesquisas em conjunto com cinco universidades do país

O Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro(Gesel/UFRJ) firmou um convênio de cooperação técnico-científica com a Comisión Ejecutiva Hidroeléctrica del Río Lempa - CEL - a estatal de energia de El Salvador, equivalente à Eletrobras do país. O

acordo tem como objetivo desenvolver pesquisas sobre o processo de reestruturação do setor elétrico na região e coordenar trabalhos a serem realizados por cinco universidades locais.

A assinatura do convênio se deu com a presença do Ministro de Economia, do diretor geral do Consejo Nacional de Energia, da Siget - agência reguladora do setor no país - e do presidente da CEL. O Gesel afirma que, para dar suporte à agenda de pesquisas, seminários, cursos e reuniões que terão origem com o convênio, a entidade vai abrir um escritório em El Salvador, instalado na sede da CEL.

Uma nova tentativa de salvar a Celesc

Presidente assume companhia em meio a pressões de acionistas para reduzir custos

Na noite do último 9 de janeiro, os acionistas da Celesc, a encrencada empresa de energia de Santa Catarina, foram convidados a selar uma trégua depois de anos de briga. O cenário do encontro foi um jantar organizado pelo novo governador do Estado, João Raimundo Colombo, em sua residência oficial, um palacete em estilo colonial cercado de árvores em Florianópolis. Estavam sentados à mesa, além do próprio Colombo, que representava o governo, controlador da empresa; conselheiros ligados à Previ, maior fundo de pensão do País que detém mais de 14% do capital; Lirio Parisotto, um dos maiores investidores pessoa física no País, dono de 11%, e um executivo da gestora de recursos Tarpon, que tem outros 13%.

Durante pelo menos três anos, o grupo de minoritários bateu de frente com o governo em quase tudo que se referia à gestão da companhia. Esses acionistas já brigaram pela investigação de pagamentos considerados exagerados a uma empresa prestadora de serviços e pediram a exoneração de um diretor financeiro. Parisotto, o mais aguerrido na disputa, entrou com cinco processos na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) contra a gestão da companhia. Na casa do governador, porém, o clima era ameno. "É claro que, diante do longo histórico de desmandos do governo, estou sempre com o pé atrás", diz Parisotto. "Mas demos um voto de confiança ao novo comando."

A intenção do jantar era mostrar o apoio do governador a Antonio Gavazzoni, o novo presidente da Celesc. Aos 36 anos, o executivo tem um longo currículo: foi procurador-geral em Chapecó (SC), professor universitário e hoje faz doutorado em direito. Foi secretário da fazenda de Santa Catarina e se orgulha de ter aumentado a arrecadação do Estado em meio à crise global e às catástrofes naturais que atingiram a região em 2009, por meio de um modelo de meritocracia típico do setor privado. Seu ritmo é intenso: Gavazzoni continua trabalhando depois que chega em casa - o que pode ser percebido pelo horário de suas mensagens no Twitter. O executivo costuma postar sua rotina de trabalho na rede e responde diretamente às perguntas de internautas.

Gavazzoni assumiu a Celesc com um discurso de moralização e despolitização da companhia. Ele considera-se um "técnico" - apesar de ter sido candidato a vice-governador de Colombo (o que acabou não se concretizando) e de ser hoje suplente do senador Luiz Henrique da Silveira, ex-governador do Estado. O executivo assumiu o comando das três empresas em que a Celesc se divide (holding, distribuição e geração) na tentativa, segundo ele, de dar um rumo único ao grupo e evitar a divisão interna em feudos. Antes, cada unidade tinha um presidente. Dos oito diretores, quatro foram trocados - três deles também estão na faixa dos 30 anos - e uma posição continua em aberto. "Foi duro, mas nunca um presidente conseguiu montar sua diretoria alheio a forças políticas", diz Gavazzoni. "A gente até poderia falar de choque de gestão. Mas, nesse caso, a Celesc precisa de um choque de realidade."

No setor elétrico, que é regulado pelo governo, cada companhia recebe da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) as referências de uma empresa fictícia ideal: estão lá os custos, índices de qualidade e investimentos. Tudo isso serve para forçar as empresas a prestar o melhor serviço pela menor tarifa possível. Diante dessas regras, a Celesc é uma companhia inchada. Seus gastos estão 70% acima do sugerido pela agência. Segundo um levantamento feito pelos minoritários, a empresa tem quase 1500 funcionários em excesso. "Entre as empresas abertas do setor, a Celesc é a mais ineficiente", diz Marcio Prado, analista do banco Santander.

Cobertor curto. Como resultado, o dinheiro da tarifa não é suficiente para cobrir os custos e investimentos. Os recursos acabam saindo do valor que iria remunerar os acionistas. "Essa é a realidade da Celesc: o cobertor é curto", diz Prado. Mas, se nada for feito, a situação ficará ainda mais grave em 2012, quando acontece a revisão tarifária do setor. Estima-se que, com o aperto da Aneel, as distribuidoras de energia percam até 30% de sua geração de caixa. A Celesc, em específico, corre o risco de tornar-se uma empresa deficitária.

Como se não bastasse, há outro grande desafio a ser enfrentado. Em 2015, vencerá a concessão de operação da Celesc (assim como de outras empresas do setor) e o governo não decidiu se - e como - vai renová-las. O Estado consultou especialistas na questão como Nivalde de Castro, coordenador do grupo de estudos do setor elétrico da UFRJ e o advogado David Waltenberg. Ambos acreditam que o governo deve acabar renovando as concessões. Mas, até agora, não há certeza de nada. O problema é que, se não fizer ajustes até lá, a Celesc chegará enfraquecida à discussão. "Se a

revisão tarifária deprimir a remuneração da tarifa e o lucro, a prorrogação poderá ficar mais difícil", diz Gavazzoni. "Se a empresa estiver ineficiente, o governo federal pode decidir encampar. Já vimos esse filme antes em outros setores."

Para evitar o pior dos cenários, Gavazzoni pretende adequar a Celesc aos níveis estabelecidos pela Aneel ainda em 2011.

Custos. Um dos primeiros pontos atacados é a inadimplência. Hoje, a empresa tem R\$ 700 milhões a receber e um dos devedores é o próprio governo de Santa Catarina. A companhia começou a trabalhar para separar os devedores quanto ao perfil a fim de propor políticas diferentes de quitação. Ao mesmo tempo, está montando um esquema de monitoramento da carteira de clientes para que novos calotes não ocorram. Gavazzoni já renegociou com o governo o recebimento de mais de R\$100 milhões.

O maior enrosco, porém, não deverá ser resolvido imediatamente. A Celesc gasta R\$ 200 milhões a mais que o estabelecido pela Aneel com folha de pagamento. Só para ter uma ideia do impacto desse valor nas contas da companhia, a Celesc precisa investir, nesse ano, R\$ 250 milhões. Quando Gavazzoni assumiu, apenas R\$ 50 milhões estavam programados no orçamento. Ou seja, R\$200 milhões fazem muita falta.

No ano passado, a antiga gestão da Celesc programou um plano de demissões voluntárias que acabou sendo suspenso na Justiça e depois cancelado pelo próprio conselho de administração. O medo era que se repetisse o episódio do PDV realizado no início da década, quando os cargos vagos acabaram sendo preenchidos novamente. Desta vez, Gavazzoni promete criar um programa de demissões mais eficiente.

Dúvida. Tanto analistas como os acionistas minoritários concordam com as linhas gerais do plano de Gavazzoni. A dúvida é se o novo executivo conseguirá cumpri-lo - e em tão pouco tempo. A Cemig, empresa de energia de Minas Gerais, por exemplo, promoveu um programa de demissões para economizar R\$100 milhões por ano, mas os resultados só começaram a aparecer mais de um ano depois.

Há ainda a questão política. A trajetória da Celesc é marcada por uma relação íntima com o poder. Colombo, o atual governador, já presidiu a companhia. Eduardo Pinho Moreira, seu vice, também. E foi exatamente na gestão de Moreira que minoritários e governo se digladiaram. "Mas agora há uma nova administração técnica", defende-se Gavazzoni.

Entre os investidores, o atual momento tem merecido especial atenção. Se o plano de reestruturação efetivamente acontecer, os papéis da Celesc podem atingir um novo patamar. A companhia foi a que menos se valorizou entre as principais empresas comparáveis do setor nos últimos cinco anos.

No início de 2010, a Celesc acabou sendo retirada do índice Bovespa devido à baixa liquidez de suas ações. "Já mudamos nossa indicação de venda para manutenção dos papéis. Mas ainda não demos sugestão de compra porque estamos cautelosos. Vamos esperar para ver", diz Prado, do Santander.